

28 SET 1992

P 2

A transição e a indústria do catastrofismo

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

As condições básicas da economia brasileira, neste momento, não dão sustentação a nenhuma tendência de explosão inflacionária. A expansão monetária em agosto foi de 15% e existe superávit de caixa no Tesouro. Em consequência, os movimentos especulativos e as remarcações antecipadas de preços poderão traduzir-se em maior queda de demanda: não haverá renda monetária para adquirir o produto ao novo nível de preços.

Isso não significa deva o governo ficar parado, mesmo na direção certa. Cabe-lhe adotar enfoque apropriado a uma circunstância de aguda instabilidade política.

E que enfoque é esse?

A indústria do catastrofismo e das soluções milagrosas exacerba as atitudes defensivas de vários setores industriais e do comércio varejista, provocan-



do essa reação perversa que estamos vendo: numa economia em longa recessão, inúmeros preços, momentaneamente, sobem acima da taxa de inflação anterior, para mais adiante provocar mais recessão. Isso mostra a impossibilidade de isolar completamente a economia da crise política, a despeito da enorme credibilidade do ministro Marciilio e de sua equipe. Mas não impede certos ajustes táticos destinados, de um lado, a garantir que os danos sejam mínimos e, de outro, a preparar o terreno para estratégia maisativa, tão logo haja desenlace do imbróglio presidencial.

Três linhas de ação, em particular, se fazem relevantes.

A primeira é continuar retirando gás a qualquer movimento altista na inflação. Como, já se sabe: evitar política fiscal e monetária permissivas.

A segunda linha de ação é minimizar as distorções que a inflação geralmente provoca. Isso significa não deixar nenhum segmento da sociedade (inclusive os assalariados) e nenhum setor da economia, particularmente os serviços públicos, com defasagens sig-

nificativas de preços. E, igualmente, não permitir abusos maiores nas áreas oligopolizadas: deverá haver cuidadoso controle de suas reações.

Na verdade, o melhor instrumento para obter razoável controle dos reajustes de preços e salários ainda é a negociação, objetivando o maior número possível de acordos setoriais. A política de rendas é necessária e essa é a única política de rendas viável.

Ajudaria bastante, por outro lado, se houvesse ajuste na área monetária, para fazer o mercado de ativos financeiros (inclusive títulos públicos) atuar apenas com títulos pós-fixados: a prefixação, nas circunstâncias, erra sempre para cima, embutindo na taxa de juros enorme prêmio de risco.

A terceira linha de ação significa minimizar os custos sociais do combate à inflação, acionando políticas compensatórias. A atual equipe econômica percebeu o erro da equipe anterior, e cuidou de estimular tanto as exportações como a agricultura. O que é preciso agora é dar um mínimo de atividade à construção civil, com recursos não inflacionários.

O objetivo geral desse enfoque é evitar a explosão da inflação, enquanto se ajusta a economia a um compasso de espera, sem acumular distorções e perdas graves para setores econômicos ou segmentos da sociedade.

Claro, não se deve ficar nisso. É necessário continuar trabalhando na agenda da modernização e no esforço de eliminar as causas estruturais da inflação, o que significa reforma fiscal. Quanto a esta, não se vai chegar a nenhuma decisão no clima atual. Mas é possível avançar num ponto básico: tentar alcançar um entendimento sobre que tipo de reforma fiscal convém ao País — a proposta pelos adeptos de um sistema tributário não declaratório (tipo imposto único sobre transações financeiras) ou a dos que, como eu, ainda preferem um sistema tributário no estilo europeu, ou seja, baseado, essencialmente, no imposto de renda e no imposto (e na contribuição social) sobre valor agregado?

■ **João Paulo dos Reis Velloso, coordenador-geral do Fórum Nacional, foi ministro do Planejamento.**